



A contribuição do trabalho das crianças para a economia de Catingueira – PB

Antonio Luiz da Silva

Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência da Paraíba; Instituto dos Cegos da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7889-0531>

Flávia Ferreira Pires

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-0572-3542>

Herculano Ricardo Campos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-0366-9773>

Para começo de análise...¹

Apesar de nem sempre ter podido contar com forças naturais ou políticas, historicamente os sertanejos vêm dando conta das questões da sua permanência na região. Portanto, é somente na impraticabilidade da existência que, individualmente ou não, são obrigados a abandonar seu território. Os sertanejos não migram jamais por algum prazer exótico ou aventureiro. E, apesar da ocorrência de melhoramentos na região, como a expansão de políticas públicas, a ordem de primeira grandeza ainda é o suprimento das necessidades básicas, especialmente a alimentar.

Segundo Guareschi (2007, p. 37):

[...] nenhuma sociedade pode existir e se estruturar a não ser a partir de sua sobrevivência, isto é, de sua produção”. Como ninguém vive sem comer, desde sempre, é preciso produzir víveres e saciar as necessidades diárias, razão pela qual, nas palavras do referido autor: “A produção é o motor duma sociedade”.

Produzindo-se a comida, assegura-se parte da carência humana mais essencial.

Como cidade sertaneja, paraibana, nordestina e brasileira, a Catingueira, onde esta pesquisa se desenvolveu, sobrevive do jeito que pode. Sua população, diariamente, precisa produzir a sua existência, o que é feito, principalmente, por meio de seu trabalho. Nessa tarefa, todos os braços, grande e miúdos, masculinos e femininos são necessários. E isso significa que também as crianças, de diversas formas, estão envolvidas em atividades econômicas.

Embora esse tema vá ser destacado, entende-se que a temática e a prática do trabalho das crianças já não são novidades. Essa realidade encontra-se encravada no coração econômico da humanidade. Para Marchi (2013, p. 251): “O trabalho de crianças não é novidade histórica, nem surgiu, como se costuma supor, durante a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX”. Entretanto, reconhece-se, atualmente, uma esclarecida dificuldade na direção de sua aceitação.

Este texto, apesar de dialogar com autores do trabalho infantil, com quem o condena e com quem tenta compreendê-lo fora da estigmatização jurídica e política, não está interessado nele enquanto categoria de análise. Indica-se, portanto, que o interesse da presente reflexão recai na participação e na contribuição financeira das crianças para a vida doméstica e municipal.

Metodologicamente, toma-se como base um percurso etnográfico realizado em Catingueira, de 2012 a 2018. Durante esse tempo, foram feitos contatos presenciais e virtuais. Além disso, lançou-se mão de técnicas de coletas de informações, tais como observação participante, conversas informais, entrevistas gravadas, leituras de informativos locais, retratos, visitas a espaços públicos e domésticos, etc.²

Para facilitar a leitura, dividiu-se o texto em quatro partes, além dessa introdução e da conclusão. No momento seguinte se discutirá a respeito do trabalho das crianças nas diferentes camadas das sociedades. Depois, será apresentado o trabalho das crianças entendido como

1 As ideias do presente artigo vêm sendo aprofundadas a partir do trabalho de doutorado do primeiro autor, tendo os dois coautores participado em diferentes momentos de sua construção.

2 Acerca do método etnográfico, sugere-se a leitura de dois textos do primeiro autor: *Agonias dum pesquisador numa abordagem envolvendo crianças: reflexões advindas de Catingueira* - PB (SILVA, 2014) e *Tempo e espaço na pesquisa etnográfica que inclui as crianças* (SILVA, 2017).

“ajuda” na Catingueira sertaneja. Na sequência será mostrado que o trabalho das crianças gera renda, real ou simbólica. No instante seguinte, considerando-se o Programa Bolsa Família (PBF), terá destaque o fato de que as crianças, cumprindo as condicionalidades, geram renda no município. Por fim, será destacada a importância das crianças até nas situações em que elas são objeto do trabalho adulto.

O trabalho das crianças em diferentes camadas da sociedade

O trabalho, em qualquer lugar, é feito de braços e de mandos. Nas palavras de Guareschi (2007, p. 76): “[...] há os que trabalham e os que possuem os meios de produção”. Logo, a inserção das crianças nesse universo tem elementos classistas. O trabalho não existe, por exemplo, para os filhos das camadas ricas e/ou intermediárias. Mas é marcante nas camadas populares.

Ao redor do mundo, as ricas camadas continuam se beneficiando com trabalhos das crianças na lavoura, no ciclo produtivo do chocolate³, na quebra de coco, na extração de pedras, na pesca, etc. No passado, a negra escrava e a branca pobre livre levavam seus filhos aos roçados de algodão, cafezais, canaviais ou às cozinhas dos patrões. No presente, essa gente permanece fazendo vistas grossas quando suas empregadas domésticas levam suas crianças para “ajudar”. Como afirma Dutra (2015, p. 150): “Sem dúvida, esse estilo Casa-Grande & Senzala, em que as camadas inferiores serviam aos abastados da sociedade, incluindo o trabalho das crianças e adolescentes, ainda não foi de todo banido do Brasil”.

Baseando-se em raciocínio estatístico, diz Marchi (2013, p. 252): “No mundo, cerca de 250 milhões de crianças e adolescentes ainda trabalham, a maioria em situações que ameaçam seus direitos de saúde e educação”. No plano nacional, apesar de reconhecer os esforços políticos empreendidos, informa Dutra (2015, p. 152): “[...] a pesquisa PNAD/IBGE (2013) registra que 3.188 milhões de crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos de idade) ainda trabalham no Brasil, o que corresponde a 7,5% do total de todo o país”.

Os números acima vão ao encontro das reflexões de Rizzini (2006), quando esta afirma que quanto mais as legislações apertam o cerco mais essas práticas parecem recrudescer. E analisando a exploração de mão de obra infantil, Campos e Alverga (2001, p. 227) a entenderam como “[...] uma verdadeira chaga social”.

Esses dados, porém, tanto na esfera mundial quanto local, são apenas uma aproximação, a pontinha de um *iceberg* inescandível. Ele se ampliaria se houvesse uma fiscalização eficaz. Portanto, mesmo que seja grandioso, como nas demais estatísticas ao redor da infância, a sua exatidão se camufla.

Ao se refletir sobre o comportamento das classes mais ricas em relação ao trabalho das crianças, não se está descartando a existência de algum exemplar “deslocado” que se preocupe com as desigualdades econômicas e com as injustiças sociais. Aliás, são frequentes aqueles que fazem caridades religiosas nesses grupos. Em Catingueira, por exemplo, ao menos uma vez por ano, tem-se noticiado nos periódicos locais alguma ação dessa natureza em favor das crianças, sendo praticada por algum nome tradicional da cidade. Mas isso é quase tudo.

3 Em 2015, o *The Guardian* publicou: *Child labour on Nestlé farms: chocolate giant's problems continue*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/sep/02/child-labour-on-nestle-farms-chocolate-giants-problems-continue>>. Acesso em: 10 out. 2022. Em 2016, o *The Uniplanet* publicou uma matéria com o seguinte título: *As 7 Marcas de Chocolate que utilizam trabalho escravo infantil*. Disponível em: <<http://www.theuniplanet.com/2016/02/as-7-marcas-de-chocolate-que-utilizam.html?m=1>>. Acesso em: 10 de out. 2022.

Diferente das crianças ricas, as das camadas intermediárias, comumente, pelo “esforço” de seus genitores, não estão no mundo do trabalho. São crianças mais “protegidas”. Por isso, essas camadas vêm propondo seu padrão aos demais estratos sociais, sobretudo aos considerados “inferiores” na escala financeira.

Como essa camada intermediária não é uniforme, mesmo estando seus filhos livres do trabalho precoce, elas têm se dividido entre o não permitir a existência do trabalho das crianças empobrecidas e o compreender a sua necessidade. Assim, de um lado estão aqueles que desejam impor seu modelo de criação, talvez por resquícios de valores humanitários que a barbárie da vida sob o capital não esfumou. Esses acabam perseguindo o trabalho das crianças através de seus representantes em academias, políticas públicas, sistemas jurídicos, sob a pecha de trabalho infantil. E debaixo desse rótulo quase tudo cabe. Do outro lado, estão aqueles que começam a entender o trabalho das crianças com olhares diferenciados, observando nele algo que não se classifica, exclusivamente, como exploração, embora não neguem essa possibilidade.

Pela observação e pela escuta de relatos, em Catingueira, dentro dos grupos geracionais, a contribuição econômica das crianças, via trabalho, sempre existiu nos estratos mais populares. Mas também fora do Sertão o trabalho das crianças é uma realidade. Aliás, para Marchi (2013, p. 251): “As crianças das áreas rurais sempre participaram do trabalho agrícola das famílias e comunidades e as crianças pobres de áreas urbanas sempre foram induzidas a alguma forma de trabalho ou geração de renda”.

Porém, diferente dos grupos ricos e das classes intermediárias, nos estratos populares, mesmo que seja tangível, muitas pessoas negam o trabalho das crianças como prática corriqueira e social. As frases ouvidas em Catingueira representam bem essa negação: “Esse menino não faz nada, só estuda” (Talita, 32 anos); “Em casa eu preciso implorar para ele me ajudar” (Selma, 29 anos); “A vida desse moleque é sombra e água fresca” (Sebastião, 39 anos). Porém, as crianças escondidas atrás dessas frases estavam, de alguma forma, envolvidas em atividades rentáveis, reais ou simbólicas, para suas famílias e para sua comunidade.

As próprias crianças, ao que se constatou, quando executam algum trabalho, parecem não entendê-lo como tal. Aliás, em pesquisa realizada em Blumenal – SC, com crianças matriculadas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), informou Marchi (2013, p. 258): “A maioria das crianças respondeu, de início, não trabalhar. [...] 1) elas não consideravam certas atividades como “trabalho” (pedir esmolas, trabalho doméstico, catar recicláveis, por exemplo); 2) temiam “assumir” o fato porque isto poderia prejudicar os pais”. De fato, para as camadas populares, não deve ser de bom alvitre expor os membros da família.

Parece ainda que os estratos pobres escondem o trabalho de suas crianças por medo das camadas intermediárias. Os empobrecidos sabem que as camadas intermediárias podem esmagá-los, por medidas sociais, políticas e jurídicas, podendo arrancar-lhes os filhos, nos casos mais extremos, acusando-os de abandono, negligência ou outras violências à infância.

Ninguém em sã consciência, considerando o modelo acusado de trabalho infantil, defende-o como bom, nem mesmo nas camadas mais empobrecidas. Porém, não se importar, condenar ou negar a existência do trabalho das crianças, como têm feito as camadas ricas, intermediárias e populares, de modo simultâneo e quase sincronizado, é apenas invisibilizar, politicamente, a contribuição infantil para os processos econômicos, domésticos, locais, nacionais e mundiais. É certo que para Rizzini (2006, p. 85): “O reconhecimento do trabalho infantil em algumas culturas não implica necessariamente na solução do problema referente ao fato de que as crianças que não frequentarem a escola futuramente estarão condenadas a permanecer em trabalhos de baixa renda”. No entanto, fingir que não vê, perseguir com o cajado da lei e/ou “chutar” para “debaixo do tapete” são apenas estratégias para não se enfrentar o problema do modo apropriado.

O trabalho das crianças como “ajuda” em Catingueira

O trabalho começa tenramente na vida sertaneja. Em Catingueira, como observou Pires (2012, p. 551): “Acredita-se que a criança que não ajuda os pais desde cedo tem grandes chances de se transformar em um adulto preguiçoso ou vagabundo e pouco qualificado para a vida, em outras palavras, um adulto que não sabe fazer nada”.

E essa “ajuda” pode se materializar em pequenas atividades como tanger animais, cortar capim, dar água ao cavalo, acompanhar o pai na pesca, auxiliar no roçado, colaborar nos serviços domésticos, fazer pequenos mandados, ir à feira, pagar contas, vender cocadas ou dindim⁴, etc. O peso dessas práticas não se iguala, podendo ser medido por diferentes perspectivas funcionais. Porém, independentes de serem ou não toleradas, todas são atividades que movimentam moedas, reais ou simbólicas, na vida municipal.

Em Catingueira, faz parte da “normalidade social” que uma criança “ajude” sua mãe, inclusive no cuidado com seus irmãos pequenos. Segundo Pires (2011, p. 164): “Os irmãos mais velhos têm sempre papel importantíssimo na vida das crianças menores. São eles os responsáveis práticos por elas – às vezes, mais que suas próprias mães e pais”. A tarefa de cuidar do irmão mais novo não é exclusividade feminina e não ocorre apenas no lar, mas na rua, na praça, ou, como visto, frequentemente, no campo de futebol. Fora do lar, o irmão mais velho controla o mais novo, indicando, inclusive, a hora de voltar pra casa. Se o irmão mais velho chegar em casa sem o mais novo será repreendido com um “Volte e vá buscar seu irmão”. Nessa direção, segue a observação feita alhures por Delgado (2008, p. 64): “A educação de crianças pequenas parece ser compartilhada por uma rede mais ampla de pessoas, incluindo as crianças maiores”.

Algumas crianças podem ser “contratadas” como babás. Souza (2013, p. 4) conta sobre sua experiência em Catingueira: “Um dos relatos que escutei foi o de uma menina de nove anos de idade que cuidava de uma neném da vizinha e ganhava um dinheiro, um valor quase insignificante”. E a criança lhe confidenciou: “[...] é, eu fico com ela e finjo que sou a mãe dela [...]” (SOUZA, 2013 p. 4). Em casa, esse ganho, mesmo pouquinho, não ocorreria. Como notou Pires (2007, p. 66): “As meninas geralmente não são pagas pelos serviços que executam, uma vez que estes estão inseridos nas atividades domésticas cotidianas”. Entretanto, o traquejo cultural modera-se com variações diferentes para meninos e para meninas. “Alguns meninos complementam o orçamento familiar fazendo pequenos serviços, como capinagem de terrenos, venda de picolé [...] ou costurando bolas [...]. Para isso, mesmo que de forma módica, os meninos eram pagos” (PIRES, 2007, p. 66). Ao longo desta pesquisa, viu-se meninos limpando terrenos baldios e quintais, mas nenhuma menina foi vista nessas atividades consideradas masculinas.

É verdade também que os meninos não trabalham apenas para ganhar dinheiro. Pode ocorrer que seu ganho seja simbólico, mas não menos importante. O Pedro Henrique (9 anos), que estava na terceira série, embora não soubesse ler, após dizer que sabia cozinhar feijão, arroz, contou como fazia para torrar a carne, quando sua avó o mandava: “Eu coloco óleo, corto a carne e boto no fogo, aí eu coloco colorau na minha carne e aquele bem amarelinho, o Sazón. Oxe! Fica bem gostosinho. Melhor do que a de vó. Só não faço macarrão, porque não sei”. É claro que ele vinha experimentando esse trabalho em casa há bastante tempo para ter tanta segurança no que dizia. Ele não cozinhava apenas para si, mas para toda a sua família. Na ocasião do relato, soube-se que era praxe, na extensão familiar, meninos “ajudarem” na cozinha. Muitos primos seguiam as mesmas regras.

4 Dindim é um refresco comumente encontrado em regiões mais quentes do país. Trata-se de um suco de fruta ou de um sabor industrializado colocado dentro de um saco plástico e posto para congelar. Costuma ser transportado dentro de uma caixa de isopor. Em algumas regiões do país ele tem nomes tais como sacolé, flau, dudu, peito de moça, peito de velha etc.

O trabalho das crianças acontece de muitos modos em Catingueira. “No caso feminino, há a realização das tarefas domésticas, como lavar louça, varrer casa, forrar a cama ou ainda [...] levar algum objeto para um cômodo diferente da casa” (SOUZA, 2013, p. 3). Nas situações em que era possível a ocorrência de alguma falha hídrica, “[...] as meninas [eram] chamadas para buscar água na nascente, no olho d’água ou no açude, com o auxílio de latas de tinta reutilizadas” (PIRES, 2012, p. 546).

Quando se compara a realidade do trabalho das crianças catingueirense com o de outras na extensão nacional, acaba-se vendo bastante similitude entre eles. Em situação assemelhada no povoado de Abacatal, numa comunidade quilombola em Ananindeua – PA, na região amazônica, mesmo sem deixar de reconhecer o caráter político, econômico, religioso e doméstico desse ato, concluem Amoras e Motta-Maués (2016, p. 272): “[...] a ajuda das crianças marca os momentos em que o capital simbólico do grupo circula entre seus membros, fortalecendo aquilo que os une e estruturando o modo como veem o mundo e como concebem as crianças e a educação a elas destinadas”. Ao pesquisar sobre a infância Capuxu, no Sítio Santana-Queimadas, em Santa Terezinha – PB, concluiu Sousa (2016, p. 350): “Apenas o trabalho ou a aprendizagem para o trabalho realizados no roçado ou na casa e em seus arredores podem disciplinar e treinar o corpo da criança Capuxu na resistência e resiliência necessárias para a vida no Sertão [...]”. Ela entende que o trabalho que as crianças desenvolvem “[...] assume um caráter essencialmente socializador, mecanismo através do qual se insere a criança no seio da comunidade e prepara seu corpo para herdar e assumir a propriedade [...] e a condição camponesa do ser Capuxu” (SOUSA, 2016, p. 350).

O trabalho das crianças, performatizado nesse enquadre, experimenta entendimento adverso daquele impresso no trabalho infantil. Catingueira, Abacatal e Santana-Queimadas não entendem a inclusão das crianças nesse universo como trabalho, exploração ou trabalho infantil. Enxergam essa ação como “ajuda”, processo de educação moral e formação da futura pessoa trabalhadora, disciplinamento corporal, socialização, etc. (AMORAS; MOTTA-MAUÉS, 2016; PIRES, 2012; SOUSA, 2016).

É verdade que muitos pesquisadores(as), em entendimentos diferentes dos acima mostrados, não negam ter encontrado essas dimensões no trabalho das crianças, embora o acusem de trabalho infantil. Alberto et al. (2009) discutem o trabalho infantil doméstico e destacam seu aparecimento como socialização, ajuda ou ação remunerada. Também Patriota e Alberto (2014, p. 897) argumentam que o apoio a essa prática ocorre: “[...] pela concepção cultural ou religiosa, pela divisão do trabalho manual e trabalho intelectual e pelo suposto caráter disciplinador, educador e de formação humana, atribuído ao trabalho [...]”.

Embora instrumento de “combate” ao trabalho das crianças em muitos lugares do Brasil, a existência do PETI não significa que essa prática goze de total desprezo populacional. É relevante destacar, porém, que em Catingueira o trabalho das crianças nunca acontece no horário escolar, talvez por isso pese menos e ninguém o considere trabalho, mas sim “ajuda”. É verdade que o trabalho das crianças aparece como um fazer secundário, sempre na escala intervalar, entre o tempo livre e a escola. Para as famílias empobrecidas de Catingueira, o principal é a escola. Entretanto, é bom que se diga: o trabalho das crianças é um secundário que, como a escola, é praticado todos os dias.

Trabalho das crianças como gerador de renda

Para além das necessidades familiares, o trabalho das crianças está respaldado por elementos culturais difíceis de modificação. É claro que, ao reparar para o envolvimento das crianças nesse universo, o caminho mais fácil para explicar essa ação de natureza econômica é a rotulação de trabalho infantil, aplicando o jogo de palavras de modo apressado ou refletindo-o na lógica de uma determinada camada social, que, como aponta Marchi (2013), não deixa de indicar para um campo ideológico em disputa.

Entretanto, mesmo não negando as consequências destacadas pela literatura, tanto para o presente quanto para o futuro das crianças, esse assunto (no Sertão, na Região Amazônica, no Sul ou Sudeste do país e em outras partes do Brasil e do mundo) pode ser bastante complexo. Por que acreditar que o trabalho das crianças, mesmo chamado de “ajuda”, tem caráter formativo, tem aspectos culturais etc.? Por que negar que o trabalho das crianças tem algum aspecto benéfico? Por que ele é somente maléfico? Por que o pesquisador deve se impor a obrigação de aceitar que o trabalho da criança se insere na lógica da exploração ou negar a existência desse dado?

O recorte etnográfico aqui adotado argumenta ser relevante escutar o outro em seus próprios termos. Porém, entende-se que o trabalho visto como socialização e “ajuda” constitui também desvio e ocultação de uma realidade mal explicitada. Teme-se que essa forma de compreender o trabalho das crianças torne-se, tão somente, um aspecto do processo de naturalização cultural da negação do trabalho que as crianças desenvolvem em suas comunidades.

Para este artigo, trabalho não é só “ajuda” ou socialização. Trabalho movimenta economia. Nesse entendimento, quando a criança trabalha, paga ou não, ela gera renda, real ou simbólica, aconteça seu trabalho no âmbito doméstico, na rua, no mercadinho, no roçado, numa pedreira, numa olaria... Defende-se ser interessante não negar a sua existência, não ocultá-lo em explicações acadêmicas, não escondê-lo nas perseguições, mesmo quando corretas e bem intencionadas. Trabalho é trabalho, venha ele das mãos adultas ou dos braços das crianças.

Olhando as contribuições infantis ao mundo europeu, afirma Prout (2010, p. 34): “Embora nosso olhar tenha evitado isso por muito tempo, já está claro que as crianças são, por exemplo, cuidadores e produtores econômicos”. É inescandível que as crianças, por meio de seus “trabalhos”, estão contribuindo para a economia doméstica. Pelo esforço infantil catingueirense observa-se que adultos foram dispensados de várias horas de trabalhos e dinheiro foi, sim, poupado.

Por essa razão, as categorias “ajuda” e socialização, aplicadas aos trabalhos que as crianças realizam, parecem ser escorregadias, tanto do ponto de vista da análise do trabalho quanto da realidade concreta. Em parte, elas suavizam a crueza militante das descrições/interpretações dos autores que rotulam o trabalho das crianças apenas como trabalho infantil. Mas tanto o “atiçar” quanto o “assoprar” não deixam de ter o peso de um disfarce. Dizer que o trabalho da criança é ajuda ou socialização, de fato, pode não ter o melhor tom.

No caso de Catingueira, ficaria melhor falar de trabalho das crianças, reconhecendo-o como tal. Com isso se evitaria o peso acadêmico/jurídico/político que está posto sobre a categoria trabalho infantil, e, ao mesmo tempo, não eclipsaria a realidade do trabalho das crianças, pondo-a para debaixo de um termo mais ameno como ajuda ou socialização. Entende-se que ajuda e socialização, ao que parece, ‘culturaliza o fenômeno do trabalho das crianças, no sentido de tornar aquela prática aceitável socialmente, mas também deseconomiciza, reduzindo-a enquanto fenômeno que movimenta a economia, retirando dela o poder de questionar o estabelecido no mundo do trabalho do qual as crianças, em alguma medida, tomam parte, como se finança e dinheiro fossem coisas apenas de gente grande. Além disso, tais expressões despolitizam a questão, escondendo as crianças como se fosse possível negar a participação comunitária delas naquela ação.

Quando isso é dito, recorda-se das ocasiões em que Juliano (10 anos) bateu à porta da casa em que o pesquisador estava hospedado para pegar frutas no quintal. Todas as vezes em que lhe foi perguntado por sua mãe, ele dizia que ela estava lavando roupa, ou tinha ido dar banho em seu irmão menor ou tantas outras atividades da vida doméstica de sua família. O tempo que Juliano levava de sua casa à do pesquisador já dispensava sua mãe de fazê-lo e ainda conduzia de volta algumas laranjas, mangas e limões.

Também pode ser lembrada Edite (36 anos), a qual relatou que, quando mocinha, seu pai nunca a deixou trabalhar como empregada “nas casas dos outros”, o que era bem raro. Mas, como ela própria havia sido educada em sua infância, enquanto dava entrevista, suas filhas, Natália (13 anos) e Ana (12 anos) estavam uma varrendo o quintal e a outra lavando os pratos.

Além disso, não se pode deixar de referir as vezes em que se ouviu uma “vizinha” ordenando que seu filho Carlos (9 anos) fosse tanger as galinhas ou ajudar seu pai com as compras. Viu-se, frequentemente, Paulinho (13 anos) passar pela rua levando o cavalo para beber água no açude e tantas outras ações concretas do trabalho das crianças.

Ao perscrutar o âmago dessas ações infantis, reconhece-se que elas também ocasionam às crianças uma oportunidade para, minimamente, financiarem parte de seus próprios custos. Não tendo o trabalho das crianças, a sobrecarga dos afazeres diários recairia às costas de seus genitores e responsáveis. Então, esses trabalhos realizados pelas crianças não são válidos como tais?

Não reconhecer o trabalho das crianças, não ligando para sua existência, denunciando-o ou escondendo-o na existência rica, escolada ou pauperizada, sob a condenação massiva de trabalho infantil ou de reles “ajuda”, é negar a contribuição das mesmas para a vida ordinária da família, da comunidade e da sociedade. Nesse sentido, comunga-se com Patriota e Alberto (2014) quando, mesmo discordando do trabalho infantil, refletem que, comumente, o trabalho da criança acaba invisibilizado. E, de fato, seja na rua ou no lar, ele não é apenas invisibilizado, mas negado, ou, quando muito, é reconhecido como algo de valor menor, um quase não trabalho, em Catingueira: apenas “ajuda”.

Transmutado em “ajuda”, o trabalho da criança fica sem força. Por isso, é importante ler essa “ajuda” para além de seu simbolismo. Importa lê-la, no hoje, como trabalho das crianças, percebendo que ele, do modo como aqui foi argumentado, tem um peso diferente, tanto da condenação política, jurídica e acadêmica do trabalho infantil quanto do romantismo cultural da percepção familiar da “ajuda” e da socialização.

Não cabe tão somente dizer se o trabalho das crianças é correto ou é errado. A consciência nacional e internacional é bastante clara, tanto em seu discurso mais compreensivo/interpretativo quanto em seu falar condenatório. Pois, como reconhece Rizzini (2006, p. 85): “O fato é que muitas crianças ainda trabalham no mundo. Elas precisam ter os seus direitos trabalhistas assegurados sem abandonar os estudos, pois em muitos casos a contribuição para a renda familiar se faz de fundamental importância”. Como não é possível esconder essa realidade, é necessário problematizá-la, politizá-la, reconhecendo, inclusive, seus efeitos sobre as crianças mais pobres.

A escola como trabalho das crianças e o dinheiro do PBF – Programa Bolsa Família

De modo ideal, nas sociedades contemporâneas, os lugares da criança e do adulto estão demarcados. Como afirmaram Pretto, Lago e Arend (2015, p. 108): “Nessa partilha geracional, a criança recebeu a missão peculiar de ser aluna, sendo o tempo da escolarização um tempo de não ser adulto”. No entanto, embora tenda à negação política, esse tempo não excluiu para as crianças a possibilidade de ser um tempo de se “fazer dinheiro”, real ou simbólico, e de movimentar a economia local, via trabalho, remunerado ou não. Por essa razão, o ato de estudar não ficou fora do arco econômico, e isso vale para as crianças de todas as camadas sociais. Não tem sido apenas uma preparação para administrar ou ganhar um bom dinheiro no futuro, como tem acontecido com as crianças ricas e com as crianças das camadas intermediárias. Vem sendo também um tempo de conseguir movimentar dinheiro no presente, realidade que ficou potentemente evidenciada em relação a um grupo de estudantes mais pobres da Catingueira sertaneja.

Como registrado por investigações anteriores, uma parcela significativa dos catingueirenses, rurais e urbanos, tem contado, mensalmente, com o repasse financeiro do PBF – Programa Bolsa Família (PIRES; FALCÃO; PIRES; SILVA JARDIM, 2014; SILVA, 2013, 2014; SOUZA, 2013). Na referida cidade, como foi observado por Pires e Silva Jardim (2014), 62% da população eram beneficiários do PBF, o que representa mais da metade da população local. À época da pesquisa, o PBF destinava-se às famílias pobres e extremamente pobres. Na lógica do programa, famílias extremamente pobres eram aquelas que dispunham de renda per capita mensal de até R\$ 85,00. Famílias com uma renda entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 per capita eram consideradas apenas pobres (SANTOS, 2017). Esse rendimento, mesmo miúdo, tem livrado da miserabilidade aqueles pobres que no passado sertanejo eram “deixados para morrer à míngua”, como observou Antonio (44 anos).

Mesmo que o PBF não tenha sido feito para as crianças, é importante mencionar que nesses 62% das famílias beneficiadas uma atenção especial acabou concentrando-se nas crianças. Pode-se dizer que, em Catingueira, a criança tem sido, talvez, o elemento principal para a entrada do PBF nas famílias. Em alguns casos, ainda há a exigência de que as crianças estejam frequentando a escola. Assim, para Silva (2013, p. 6): “[...] a criança carrega sobre si a responsabilidade de cumprir esta condicionalidade, sendo ela então a responsável por trazer esse valor financeiro para a sua família, podemos até dizer que ela termina ocupando, em partes, o papel de provedora da casa [...]”. Aliás, tanto as crianças quanto seus responsáveis aceitam essa imposição e colaboram com ela. Parece que o PBF vem, paulatinamente, moldando a mentalidade geracional.

Em certo sentido, o próprio PBF acabou revelando a importância das crianças para a movimentação da economia no Brasil. Sem elas, talvez menos famílias fossem beneficiadas. Além dos demais pequenos trabalhos ou “ajudas” que elas realizam na comunidade onde moram, outra forma das crianças implementarem a economia doméstica e municipal expressa-se no cumprimento das condicionalidades do PBF. Assim, cumprindo as condicionalidades, as crianças, conforme pontua Souza (2013, p. 5): “[...] ganham uma nova conotação no contexto familiar. O PBF permite que os filhos mais novos se utilizem da prerrogativa de “ir à escola” como uma forma de barganhar algumas coisas dentro de casa, no contexto familiar”.

Porém, apesar de o PBF ter servido às crianças, isso não parece tê-las tornado individualistas. Como mostraram Pires, Falcão e Silva (2014, p. 159): “Segundo as crianças, o Bolsa Família é bom porque o dinheiro serve para toda a família”. E, de fato, para algumas famílias sertanejas, sem essa “ajuda” do governo, a vida seria bem mais complicada. Embora famílias pobres sem filhos também possam receber, parece que as que têm crianças entram na lista de prioridades.

Para finalizar

Na vida sertaneja, todos trabalham desde muito cedo. Diferente do que ocorre nas camadas ricas e intermediárias, nas famílias mais empobrecidas de Catingueira todos têm de colaborar para a entrada de mantimentos na cozinha doméstica. As crianças não estão livres dessa contribuição e fazem isso por meio daquilo que este texto preferiu chamar de trabalho da criança, ou “ajuda” infantil na linguagem local. Elas também contribuem por meio de sua submissão às condicionalidades impostas pelo PBF, especialmente, por sua frequência regular à escola.

Esse artigo não tomou a defesa ou a condenação do trabalho infantil. Preferiu a alcunha trabalho das crianças, fugindo ao peso histórico, político, jurídico que está posto sobre esta questão. Reconheceu que em Catingueira as crianças trabalham e isso tem sua importância para a vida econômica local.

Por último, alumia-se que a contribuição das crianças para a economia local pode ocorrer também naquela situação em que elas são elementos de atenção e ocupação, ocasionando os empregos públicos ou privados municipais. Assim, a criança, em qualquer situação, movimenta a economia, cria emprego e gera renda, e deve ter sua importância reconhecida socialmente nesta questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTO, M. F. P. et al. Trabalho infantil doméstico: perfil bio-sócio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, p. 57-73, jun. 2009.
- AMORAS, M.; MOTTA-MAUÉS, M. A. Ser um trabalhador/tornar-se um abacataense: criança, socialização e aprendizagem em uma comunidade quilombola da Amazônia-PA. **Latitude**, v. 10, n. 2, p. 251-285, 2016.
- CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001.
- DELGADO, A. C. A participação das crianças e suas culturas em festas comemorativas: Relatos de uma pesquisa com crianças. **Interações**, n. 10, p. 58-76, 2008.
- DUTRA, M. Z. L. A inviolabilidade do lar e o trabalho infantil doméstico. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 81, n. 1, p. 152-175, jan./mar. 2015.
- GUARESCHI, P. A. **Sociologia crítica**: alternativas de mudança. 6o. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2007.
- MARCHI, R. C. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 249-265, mar. 2013.
- PATRIOTA, G. F. R.; ALBERTO, M. F. P. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 893-913, 2014.
- PIRES, F. F. Cidade, casa e igreja: sobre Catingueira, seus adultos e suas crianças. **Campos – Revista de Antropologia**, v. 8, n. 2, p. 65-79, 2007.
- _____. **Quem tem medo de mal-assombro**: religião e infância no semiárido nordestino. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

_____. Crescendo em Catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino. **MANA**, v.18, n. 3, p. 539-561, 2012.

PIRES, F. F.; FALCÃO, C. R.; SILVA, A. L. O Bolsa Família é direito das crianças: participação social infantil no semiárido nordestino. **Teoria & Sociedade**, v. 22, n.1, p. 141-167, jan./jun. 2014.

PIRES, F. F.; SILVA JARDIM, G. A. Geração Bolsa Família: Escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 99-112, jun. 2014.

PRETTO, Z.; LAGO, M. C. S.; AREND, S. F. A escola como trabalho na vida das crianças. **Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho**, n. 43, jul./dez., p. 97-112, 2015.

PROUT, A. Participação, políticas e as condições da infância em mudança. In: MÜLLER, F. (Org.). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-41.

RIZZINI, I. Infância e globalização: análise das transformações econômicas, políticas e sociais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 58, n. 2, p. 81-93, 2006.

SANTOS, P. O. S. **Efeitos do Programa Bolsa Família: condicionalidade escolar e mudança geracional**. 2017. (Monografia em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, A. L. Agonias dum pesquisador numa abordagem envolvendo crianças: reflexões advindas de Catingueira - PB. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 13, n. 1, p. 86-97, 2014.

_____. Tempo e espaço na pesquisa etnográfica que inclui as crianças. **Psicologia e Sociedade**, v. 29, e168810, 2017.

SILVA, J. K. R. As diferentes práticas de consumo entre meninas e meninos no Semiárido Nordeste. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, SC, 2013. n. p. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373340572_ARQUIVO_Fazendogenero2013.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

SOUSA, E. L. Sociedade de marcação: corpo, conhecimento e experiência na infância Capuxu. **Latitude**, v. 10, n. 2, p. 321-351, 2016.

SOUZA, E. N. O Programa Bolsa Família e a condicionalidade escolar: o que falam as meninas e os meninos de Catingueira (PB) sobre uma política pública. **Anais Eletônicos**. Florianópolis, SC, 2013. n. p. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384454753_ARQUIVO_EdilmadoNascimentoSouza.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

RESUMO

Este artigo, resultado de uma pesquisa etnográfica realizada em Catingueira – PB, tem como objetivo destacar a contribuição das crianças para a economia local. Essas crianças movimentam renda, real ou simbólica, sobretudo quando realizam “pequenos trabalhos”, os quais na cidade estudada recebem o nome de “ajuda”. Considerando a carga histórica, jurídica e social, optou-se por nomear as muitas atividades infantis como trabalho das crianças, mas não como trabalho infantil. Observou-se que frequentando a escola, cumprindo as condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família (PBF), as crianças tanto contribuem com a economia doméstica quanto “animam” o comércio local. Por fim, este estudo indicou relevância infantil para a economia nas situações em que crianças são objetos da ocupação adulta municipal.

Palavras-chave:

trabalho, economia, criança, infância, Sertão.

La contribución del trabajo de los niños a la economía de Catingueira – PB

RESUMEN

Este artículo, resultado de una investigación etnográfica realizada en Catingueira – PB, Brasil, destacará la contribución de los niños a la economía local. Argumentará que los niños muevan renta, real o simbólica, sobre todo cuando realizan “pequenos” trabajos, los cuales en la ciudad estudiada reciben el nombre de “ayuda”. Considerando la carga histórica, jurídica y social, nombrará las muchas actividades infantiles como “trabajo de niño”, pero no como “trabajo infantil”. Se mostrará que a la escuela, cumpliendo las condicionalidades impuestas por el Programa Bolsa Família (PBF), los niños tanto contribuyen con la economía doméstica como “animan” el comercio local. Por último, indicará la relevancia económica infantil en las situaciones en que los niños son objetos de la ocupación adulta municipal.

Palabras clave: trabajo, economía, niño, niñez, Semiárido.

The contribution from child labor to the economy of Catingueira – PB

ABSTRACT

This article, the result of an ethnographic research carried out in Catingueira – PB, Brasil, will discuss the contribution of children to the local economy. It will argue that children bring money to the city, real or symbolic, especially when they develop “small” jobs, which in the studied city are called simple “help”. Considering historical, legal and social judgment, the article will name the many activities of children as work only and not as child labor. It will show that by participating in school, following the conditions imposed by the Programa Bolsa Família (PBF), children contribute to the domestic economy and “animate” local commerce. Finally, it will indicate children’s relevance to the economy in situations where children are objects of local adult occupation.

Keywords: work, economy, child, childhood, Semiarid.

DATA DE RECEBIMENTO: 04/06/2021

DATA DE APROVAÇÃO: 11/10/2022



Antonio Luiz da Silva

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. Licenciatura e Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil. Membro do grupo de pesquisa Criança, Sociedade e Cultura (CRIAS)/UEPB.

E-mail: tonlusi@hotmail.com



Flávia Ferreira Pires

Pós-Doutorado em Sociologia pela Sheffield University, Reino Unido. Doutorado e Mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil, atuando na graduação em Ciências Sociais, na Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia.

E-mail: ffp23279@gmail.com



Herculano Ricardo Campos

Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil. Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Professor Titular da UFRN, atuando no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN.

E-mail: herculanorcampos@gmail.com